

Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DE REUNIÃO DO GRUPO TRIPARTITE TEMÁTICO DA NR-24

12ª Reunião Ordinária

Data: 20 e 21 de julho de 2016

Local: Ministério do Trabalho e Emprego - Brasília / DF

PRESENTES:

Bancada de Governo

MTE: Alexandre Scarpelli, Carolina Silva Melo Araújo, Rafael Faria Giger, Silvio Carlos Andrade da Silva e Valdir Oliveira Silva.

FUNDACENTRO: Swylmar dos Santos Ferreira

Bancada de Trabalhadores

Força Sindical: Geraldo Ananias Pacheco

Bancada de Empregadores

CNA: Paulo Rogério de Araújo

CNC: Luis Sérgio Soares Mamari

CNT: Danielle Silva Bernardes

CNI: José Luiz Pedro de Barros

CNI: Reinaldo Damacena

1 A 12ª Reunião do Grupo de Trabalho Tripartite - GTT da NR-24 iniciou-se às 10h do dia 20 de
2 julho de 2016. Aguardou-se um pouco mais para o início dos trabalhos, marcado para às 9h,
3 para composição da representação dos trabalhadores. As ausências da bancada de
4 trabalhadores já haviam sido justificadas anteriormente à reunião, decidiu-se por aguardar
5 apenas por uma questão de ordem. Como às 10h a bancada de trabalhadores contava com a
6 participação apenas da representação da Força Sindical, na pessoa do Sr. Geraldo Ananias
7 Pacheco, decidiu-se pelo início da reunião. A bancada de governo propôs, então, que a reunião
8 avançasse nas discussões dos itens, porém de forma não deliberativa para que a
9 responsabilidade das decisões não fosse atribuída a apenas a um dos integrantes da bancada
10 de trabalhadores. Todos os itens debatidos durante a 12ª Reunião Ordinária do GTT deveriam
11 ser referendados durante a próxima reunião. Com a palavra aberta a comentários das
12 bancadas, a proposta foi aceita. A bancada de empregadores pediu que fosse lembrado que
13 com o andar dos trabalhos já chegando ao final e que, após a conclusão dos trabalhos, a
14 bancada de empregadores iria necessitar de um tempo para que as bases da representação
15 fossem consultadas, como estabelecido na 1ª Reunião Ordinária. Pela característica da Norma
16 Regulamentadora 24 que abrange os mais diversos setores da economia, as demais bancadas
17 concordaram em se conceder um tempo após a finalização dos trabalhos do Grupo de
18 Trabalho Tripartite para consulta às bases, procedimento que será adotado por todas as
19 bancadas. Os trabalhos efetivamente foram iniciados pela discussão do item 24.7.2.2 com o
20 debate sobre os procedimentos a serem adotados em caso de trabalhadores com suspeita de
21 doença infecto-contagiosa em alojamentos. Decidiu-se que os trabalhadores seriam
22 submetidos a avaliação médica que decidiria sobre o afastamento ou não do trabalhador,
23 enquanto o médico coordenador do PCMSO deveria apenas monitorar os eventuais casos de
24 adoecimento. Para o item de refeitório dos alojamentos, excluiu-se a designação de distância
25 entre os dormitórios e os refeitórios pela proposição de novo conceito de alojamento. Para
26 isso, foi proposta nova redação ao item 24.7.1 que define o alojamento como o conjunto de
27 espaços ou de edificações destinadas à moradia temporária de trabalhadores. Pelo novo
28 conceito, todas as instalações devem fazer parte de um conjunto arquitetônico, o que
29 dispensa a necessidade de definição de distâncias entre os equipamentos. Foi incluída exceção
30 que permita o uso de refeitório fora do alojamento, desde que o empregador forneça o
31 transporte. Também foi alterado o item que vetava o preparo de alimentos fora da cozinha
32 para a proibição do preparo dentro dos quartos. O mesmo tratamento foi dado às lavanderias,
33 sem definição da distância entre os equipamentos, limitando-se a dizer que as lavanderias são
34 parte integrante dos alojamentos. Sobre tanques para lavar roupas e máquinas de lavar roupas
35 a bancada de empregadores propõe que se use a expressão “ou” para dar alternativa aos

empregadores, enquanto a bancada de trabalhadores irá consultar suas bases sobre o assunto. O item que trata de bebedouros acessíveis nos alojamentos foi excluído para que o assunto acessibilidade seja tratado de maneira geral nas Disposições Gerais. Sobre uniformes de trabalho, foi substituída a expressão “de acordo com as características antropométricas” pelo termo “tamanho”, facilitando o entendimento do item e para evitar que se pudesse interpretar que os uniformes seriam feitos sob medida para cada trabalhador. Sobre vestimentas, foi proposta nova redação para definição do que será considerado como “vestimenta de trabalho” incluindo na definição as finalidades de fornecimento da peça quais sejam: *“que impliquem contato com sujidade, agentes químicos, físicos ou biológicos ou para permitir que o trabalhador seja mais bem visualizado”*. As ocasiões em que seriam fornecidas as vestimentas foram excluídas no item 24.10.2, já que o conceito deixou clara a finalidade das vestimentas. Tratamento similar foi dado pela inclusão do termo “tamanho” em substituição a “características antropométricas do trabalhador”. Ainda sobre vestimentas, foi alterada a redação que previa o fornecimento de dois conjuntos de vestimentas para redação que permita o fornecimento adequado ao uso, pois pode haver vestimenta que não seja necessária a troca diária ou pode haver outra situação com necessidade de trocas mais frequentes. Também foi feita exceção para que o trabalhador possa lavar a vestimenta quando o procedimento não oferecer nenhum tipo de risco de contaminação, havendo também a eliminação do item que previa a proibição de se retirar as vestimentas dos locais de trabalho. Nas disposições gerais foi retirada a exigência de que as portas sempre se abrissem em direção à saída, sob o argumento de que em algumas portas com abertura para a saída poderia oferecer risco aos transeuntes e que essa exigência se aplica somente às rotas de fugas. Os trabalhos foram encerrados em 20 de julho. O dia 21 de julho de 2016 iniciou-se pela troca do termo “animais sinantrópicos” por “animais vetores de doenças” no item que trata de limpeza e combate a pragas de todos os ambientes. Para o item que trata de empresas contratadas para realizar tarefas em uma contratante, alterou-se a redação para separar aquelas que irão realizar as tarefas dentro do estabelecimento daquelas que receberão uniformes e vestimentas para prestar serviços de lavagem. O item que prevê a instalação de bebedouros e sanitários na proporção de no mínimo uma instalação acessível por pavimento ficou suspenso para estudo da NBR 9050 e possível previsão da acessibilidade nos moldes da norma técnica. O item que previa que todas as ligações entre equipamentos deveriam estar protegidas contra intempéries foi substituído por item que prevê a obrigação apenas para alojamentos, devido à impossibilidade de adoção do mesmo em alguns estabelecimentos. O item de acessos entre equipamentos será deslocado para o capítulo de alojamentos. Amplo debate foi feito sobre a melhor forma de se incluir dispositivo que preveja a “adaptação razoável” conforme o Estatuto

71 da Pessoa com Deficiência. O item foi incluído ao final das disposições gerais com proposta da
72 seguinte redação: “A observância do estabelecido nesta NR não exime o empregador de,
73 mediante demanda formal do trabalhador, oferecer adaptação razoável prevista pela Lei
74 Brasileira de Inclusão, nos ambientes regulamentados”. Como proposta de encaminhamento,
75 ao final da reunião, estabeleceu-se a data de 22 e 23 de setembro para a realização da próxima
76 reunião. Os trabalhos foram encerrados no início da tarde do dia 21 de julho de 2016.